



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: A5 GERAL
Data: 16/10/2012

ESTRUTURA

Samu: MPE exige melhorias na Central de Regulação

Acácia Mérci

acaclamerici@correiodesergipe.com

Atrasos, dificuldades no atendimento, falta de ergonomia nas bases da capital e do interior, estrutura inapropriada, ambulâncias sucateadas. As inúmeras reclamações sobre o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192 Sergipe) não param de chegar ao **Ministério Público Estadual (MPE)**, seja por meio de denúncias dos usuários e até mesmo dos próprios servidores. A problemática foi pauta de mais uma audiência que ocorreu na manhã de ontem, 15, com a presença de representantes da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), diretoria do Samu e membros do Sindicato dos Servidores do Samu.

De acordo com Samantha Bicudo, representante do Sindicato, o caos ainda permanece principalmente nas partes operacional e estrutural.

“Em relação ao atendimento, temos um grande problema com as empresas de telefonia móvel na central de regulação. Há também uma desqualificação por parte dos próprios operadores e não há uma estrutura adequada dentro da central. A última contratação dos servidores ocorreu no concurso de 2005 e a atual equipe não possui treinamento adequado para prestar um atendimento eficaz. Já apresentamos os problemas à Fundação Hospitalar de Saúde e nada foi feito. O concurso para médico, enfermeiro e condutor foi suspenso e hoje todas as escalas estão incompletas”, denuncia Samantha.

Sobre a situação das bases do serviço, principalmente a da capital,



LINDIVALDO RIBEIRO/CS

■ Promotoria determinou prazo de 10 dias úteis para que a FHS apresente todo o cronograma e documentos necessários

Samantha conta que o espaço não é adequado para que o servidor desempenhe suas funções com conforto e segurança. “Hoje funciona de forma provisória no Bairro Siqueira Campos, está armengada e precisa urgentemente ser reestruturada. As mesas dos telefonistas não são apropriadas ergonomicamente. Elas prendem o telefone no ombro, o que não é correto. Nos alojamentos, os beliches estão sem condições. 36 bases não funcionam em sua totalidade porque há um déficit muito grande de viaturas que estão totalmente sucateadas, sem manutenção e sem condições de atender a população”, resume.

Samantha Bicudo conta ainda que na Central de Regulação não há isolamento acústico. “Isso faz com que o ambiente de trabalho tenha ruídos externos, o que ocasiona problemas aos operadores. Às vezes, não é pos-

sível ter um diálogo concreto com o paciente nem identificar o atendimento”, complementa.

O coordenador do Samu, Saulo Sales, justifica que desde a fusão do Samu Municipal com o Estadual em março deste ano, a Central funciona em uma sede provisória.

“A arquiteta da Fundação Hospitalar está verificando a nova Central de Regulação, que funciona ao lado do Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF) e o prazo de entrega das reestruturações é até o fim do ano. Tentamos melhorar o espaço físico e a ambiência para dar maior conforto ao nosso colaborador. A Fundação já entrou em processo de compra de novos equipamentos e todos os telefones da central foram trocados recentemente”, esclarece.

Sobre a quantidade de equipes que estão em atividade, Saulo conta que

hoje o serviço conta com 58 equipes para atendimento pelo Samu e cerca de 46 estão em operação. 12 equipes estão paradas por falta de viaturas. “Hoje são 37 bases básicas e 16 de suporte avançado. Não há uma reserva técnica. Infelizmente a frota do Samu estava sucateada, com ambulâncias do ano de 2004, e muitas tinham mais de 50 mil km rodados. O Estado recebeu 30 novas ambulâncias, sendo que algumas receberam adaptação e todas foram incorporadas à frota. O Ministério da Saúde custeou 58 equipes”, pontua.

• Os processos

Ainda na audiência, a promotora dos Direitos da Saúde do MPE, Euza Missano, analisou todos os processos e diante da confirmação dos presentes da existência de todos os problemas oriundos das inadequações dos equipamentos usados pelos servidores do Samu, e da estrutura física inapropriada dentro da Central de Regulação, e determinou o prazo de 10 dias úteis para que a FHS apresente todo o cronograma e documentos necessários, além de prazos sobre a possível regulamentação das bases do Samu.

“O MPE quer um prazo para que a conclusão dos serviços de readaptação da Central de Regulação do Samu seja feita. A FHS firmará um compromisso para a finalização das obras de ambientação da atual central de regulação do Samu, contendo todas as informações apresentadas pelos operadores. Aguardamos também que seja determinado o prazo para a aquisição dos aparelhos Head Set para o uso das equipes”, explica a promotora.